

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

TESOURO DO ESTADO

2017

GUARDIÃO DA SUSTENTABILIDADE FISCAL

VISÃO: Instituição de excelência, protagonista da gestão fiscal do Estado.

MISSÃO: Gerir as finanças públicas e ser guardião da sustentabilidade fiscal.

VALORES: Confiabilidade, Competência, Proatividade e Cooperação.

Mensagem do Subsecretário

Os problemas estruturais pelos quais passa o Estado do RS e o consequente desequilíbrio em suas finanças, infelizmente, não são questões que se resolvem de um ano para outro. Muito pelo contrário, é necessário uma atuação firme e contínua, com decisões e ações de curto, médio e longo prazo, que possam aos poucos ir consolidando novos cenários para o futuro do nosso Estado.

Mesmo diante da crise, obtivemos avanços positivos no Tesouro do Estado e realizamos importantes entregas, muitas delas buscando construir soluções para enfrentar tais dificuldades.

Os esforços para o pagamento da folha e o árduo trabalho na negociação da dívida pública e nas ações necessárias para a adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal são os principais exemplos.

Além disso, projetos voltados à prestação de serviço como o simulador da previdência, novos avanços em tecnologia e em inteligência de negócios ou ainda o importante trabalho do Programa de Qualidade do Gasto reforçam o papel do Tesouro e fortalecem nossa busca por soluções e nossa orientação a resultados.

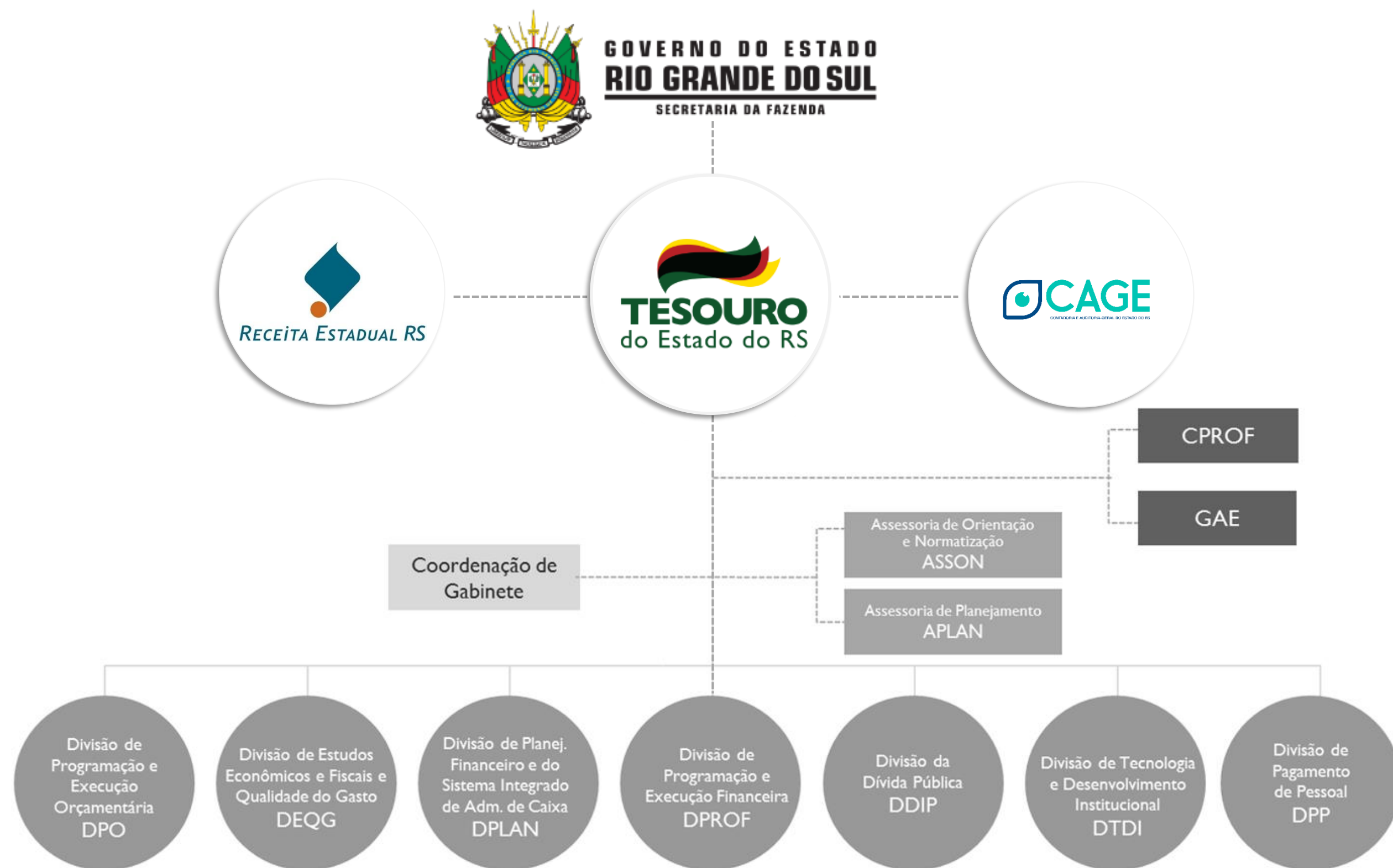
Nossos esforços não cessam. Seguimos perseguindo a cada dia o fortalecimento de nossa instituição, nossas pessoas e nossos processos de trabalho para que possamos seguir atuando como protagonistas na gestão fiscal do Estado.



ELÓI ASTIR STERTZ
Auditor-Fiscal da Receita Estadual
Subsecretário do Tesouro do Estado

ORGANOGRAMA

A estrutura do Tesouro do Estado é formada, em primeiro nível, por sete divisões e duas assessorias, além da Chefia de Gabinete. Integram ainda a estrutura da instituição, porém vinculados ao Gabinete do Governador, o Grupo de Assessoramento Especial (GAE) e o Comitê de Programação Orçamentária e Financeira (CPROF).



Governador do Estado

José Ivo Sartori

Vice-governador

José Paulo Cairolí

Secretário da Fazenda

Giovani Batista Feltes

Secretário Adjunto da Fazenda

Luiz Antônio Bins

Subsecretário do Tesouro do Estado

Elói Astir Stertz

Subsecretários Adjuntos:

Eduardo Lacher | Eugênio Ribeiro | Nelson Roncarati

Divisão da Dívida Pública (DDIP)

Felipe Rodrigues da Silva

Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais e da Qualidade do Gasto (DEQG)

Guilherme Petry

Divisão de Planejamento Fin. e do Sistema Integrado de Admin. de Caixa (DPLAN)

Bruno Jatene

Divisão de Programação e Execução Orçamentária (DPO)

Marcelo Spilki

Divisão de Programação e Execução Financeira (DPROF)

Luiz Gustavo Antonacci

Divisão de Pagamento de Pessoal (DPP)

Carmen Karina Garcia Paiva

Divisão de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional (DTDI)

Elio Dornelles Andres Filho

Assessoria de Orientação e Normatização

Roberto Bertocini

Assessoria de Planejamento

Diego da Silva Timmers

Chefia de Gabinete

Eroni Izaias Numer

Estrutura

QUADRO
GERAL TESOURO:

206

Pessoas

63

Auditores-Fiscais
da Receita Estadual

84

Técnicos Tributários
da Receita Estadual

43

Contratados
(terceirizados)

19

Estagiários



DESTAQUES 2017

Desafio para o pagamento da folha

O pagamento da folha dos servidores, em 2017, seguiu sendo o principal desafio para o Tesouro do Estado. Os parcelamentos, que vem ocorrendo no RS desde julho de 2015, exigiram da instituição esforços além da programação financeira. Foi necessário a implementação de procedimentos e ferramentas específicas para atender às necessidades do delicado momento financeiro do RS.

Confira alguns deles a seguir:

CENÁRIOS

FINANCEIROS: além do habitual acompanhamento sistemático do fluxo de caixa do Estado, o Tesouro aperfeiçoou, no ano de 2017, o processo de elaboração dos cenários financeiros, um importante levantamento de informações previdenciárias e de encargos e da previsão de repasses do FUNDEB. O acompanhamento desses dados é imprescindível para possibilitar o cálculo de quanto o Estado do RS terá em caixa para efetuar o pagamento da folha dos servidores gaúchos.

MAIOR

CONTROLE: o parcelamento aumenta a necessidade de controle por parte do Tesouro para que a folha seja paga de forma “fatiada”, porém tratada como uma só. Isso multiplica atividades como o processamento e pós-processamento, gerenciamento e implantação de parâmetros e integrações gerais, monitoramento de atividades impactantes na elaboração da folha e/ou execução da despesa, conciliação das integrações entre sistemas de folha e execução da despesa e programação financeira, gerenciamento da transmissão dos arquivos de crédito aos bancos e controle do retorno dos créditos de folha/mês.

PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA: primeiramente, há a criação das cotas financeiras, procedimento realizado a partir de informações oriundas de várias áreas. Normalmente, são necessários dois dias para proceder a inserção de mais de 200 cotas (esse número pode chegar a 300). O segundo momento é o pagamento propriamente dito, que ocorre na medida em que há autorizações para o pagamento de determinados grupos da folha, e é operacionalizado com base nos valores das cotas inseridas anteriormente. Para isso, é necessária a geração de ofícios, bem como o contato com o Banrisul, entre outras ações.

FOLHA NORMAL:

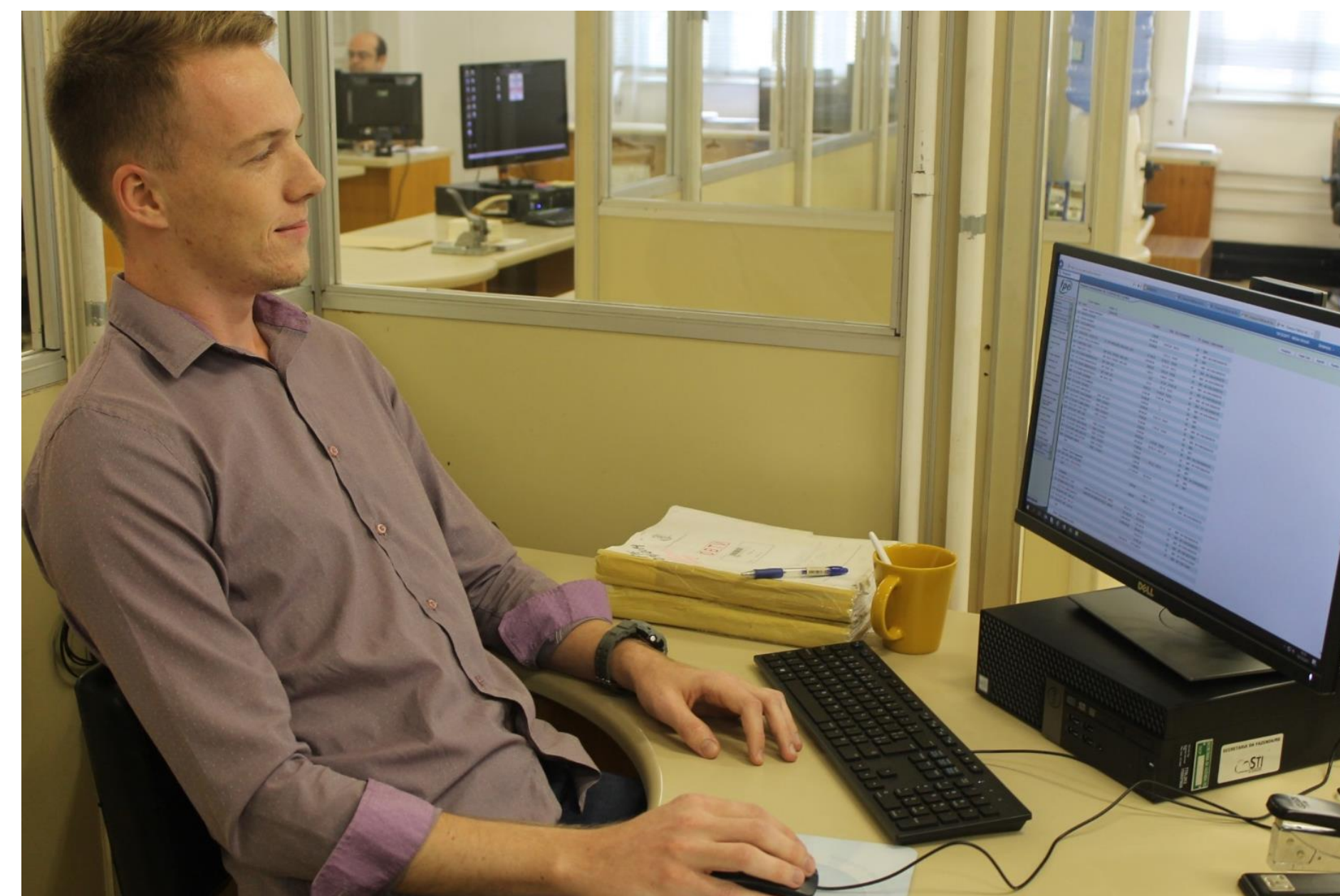
Parcelas ou grupos de crédito são divididos em lotes, de acordo com órgão e a situação de crédito. Normalmente, são em torno de **20 lotes**

Quando a folha do Estado é paga em dia, o processo pode ser concluído em **2 dias**

FOLHA PARCELADA:

Além dos grupos, há ainda as categorias (filiados e não filiados aos grandes sindicatos), podendo chegar facilmente **2 a 3 mil lotes**

O prazo para o processamento da folha passou de dois dias de envolvimento para tomar conta **de todo mês.**



Simulador de parcelamentos

Permitiu migrar a rotina de cálculo do parcelamento para o sistema QlikSense, representando um “divisor de águas” neste processo. Isso graças à automatização de parte dos complexos cálculos envolvidos no mesmo e a possibilidade de manipular com maior velocidade grandes volumes de dados.

A FOLHA DO RS:

Cerca de **R\$ 1,5bi** por mês (em média)

Cerca de **282 mil** vínculos

Cálculo de parcelas rescisórias de cerca de **2 mil** servidores/mês

Cerca de **1 milhão** de consignações por mês

Cerca de **40 mil** processos Admin por ano

Mais de **7500** atendimentos por e-mail/ano

Avanços na gestão da dívida



O ano de 2017 foi de muito trabalho para o Tesouro do Estado para que o RS pudesse dar andamento às pendências na renegociação da dívida com a União. A atuação se concentrou principalmente na assinatura de aditivos dos contratos e na estruturação de propostas para a adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), proposto pelo governo federal.

Aditivos da dívida

O Tesouro finalizou, nos últimos dias de 2017, o processo para a assinatura dos aditivos dos contratos da dívida do RS com o governo federal. Com isto, o Estado passa a se beneficiar do que está previsto nas leis complementares 148/14 e 156/16, conferindo alívio no pagamento dos débitos com a União e com instituições financeiras.

Até chegar à assinatura dos aditivos, o Tesouro participou de uma sequência de negociações com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Banco do Brasil e o BNDES. Com a aplicação do que está previsto na lei complementar 148/14, a redução no valor total da dívida com a União será de R\$ 5 bilhões. Já com a lei 156/16, o ganho de caixa será de cerca de R\$ 200 milhões.

LC 148/14:

Indexador passa de IGP-DI +6% a.a para IPCA +4% a.a
Parcelas não diminuem

LC 156/16:

Mais 20 anos de prazo no pagamento da dívida com a União
Aumento de 10 anos no prazo de pagamento

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)

A elaboração do plano para adesão do RS ao Regime de Recuperação Fiscal foi uma das mais importantes frentes de atuação onde o Tesouro do Estado teve participação relevante em 2017.

A adesão ao RRF foi aprovada pela Assembleia Legislativa no início de fevereiro de 2018 e irá proporcionar ao RS um período de carência de três anos no pagamento total das dívidas do Estado, com impacto financeiro estimado em R\$ 9,8 bilhões. Em contrapartida, ficam estipuladas exigências para o RS tais quais a vedação de aumentos salariais acima da inflação e de novos ingressos de pessoal (exceto vacâncias).

O desafio para 2018, após a aprovação na AL, será concluir efetivamente o acordo com o governo federal.

Ganhos de caixa estimados em
R\$ 9,8 bilhões

Reparcelamentos

O RS encaminhou dois importantes reparcelamentos de débitos em 2017. O primeiro foi a reestruturação de parte das dívidas previdenciárias, com ganhos estimados de R\$ 115 milhões de abatimento no saldo devedor e redução de R\$ 10 milhões nos pagamentos anuais a partir de 2018. O segundo foi a adesão do RS ao reparcelamento da dívida referente à contribuição do PASEP da Administração Direta, com ganhos de R\$ 87,6 milhões até 2020.

Relatório Anual

Foi lançado em julho de 2017 a 8ª edição do Relatório Anual da Dívida Pública do RS. A publicação é elaborada pela equipe de especialistas em dívida pública do Tesouro. Oferece informações sobre a evolução e o perfil da dívida no período recente, históricos e os resultados alcançados no ano anterior, além dos cenários e projeções. Apresenta ainda informações sobre o permanente processo de discussão com o Governo Federal, em particular sobre o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado.

RRF

Carência de 36 meses e possibilidade de mais 36 meses parciais, escalonados.

Possibilidade de operações de crédito para antecipação de privatização, reestruturação de dívidas, modernização fazendária e outras vinculadas ao ajuste fiscal.

CONTRAPARTIDAS DO RS

Implantação de Regime de Previdência Complementar.

Vedação de aumentos salariais e de novos ingressos de pessoal, exceto vacâncias.

Restrição a benefícios tributários e saques de depósitos judiciais.

Privatização de empresas estatais.

Proibição de novas operações de crédito, exceto as autorizadas expressamente pelo regime.



VEJA MAIS SOBRE A DÍVIDA NAS PÁGINAS 24 E 25.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Modelo de Gestão

O planejamento estratégico busca construir um caminho (*como fazer*) para o alcance de uma visão de futuro (*onde se quer chegar*) através de um modelo de gestão reconhecido e consolidado, que permita uma atuação orientada a resultados.

A partir do alinhamento com o planejamento da SEFAZ e da metodologia BSC (*Balanced Scorecard*), é possível direcionar todas as diretrizes e os esforços da instituição. A metodologia utiliza a ferramenta do mapa estratégico para, de forma simplificada, apresentar os principais pontos que devem ser trabalhados.

Composto por quatro perspectivas, duas internas (infraestrutura estratégica e focos de atuação) e duas externas (governo e sociedade), o mapa apresenta o que a instituição precisa ter de infraestrutura estratégica para os focos de atuação e fazer as entregas relevantes para a sociedade gaúcha, a fim de o Tesouro atingir a sua visão de futuro.

A partir desses objetivos estratégicos, são selecionados os indicadores que serão perseguidos para o alcance dos resultados pretendidos pela instituição, identificadas as rotinas que devem ser acompanhadas para garantir estes resultados e criados os projetos que farão com que as rotinas sejam aperfeiçoadas, criadas ou reavaliadas.

Neste relatório, o Tesouro do Estado busca informar, dentro da estrutura do seu planejamento estratégico, quais foram os principais resultados alcançados em 2017.

Mapa Estratégico do Tesouro do Estado



Alcançar a sustentabilidade das finanças públicas

Mesmo com todos os esforços do Estado para conter a crise financeira, o resultado primário gaúcho em 2017 fechou o ano com um déficit de R\$ 393 milhões, desconsiderando as receitas e despesas intraorçamentárias.

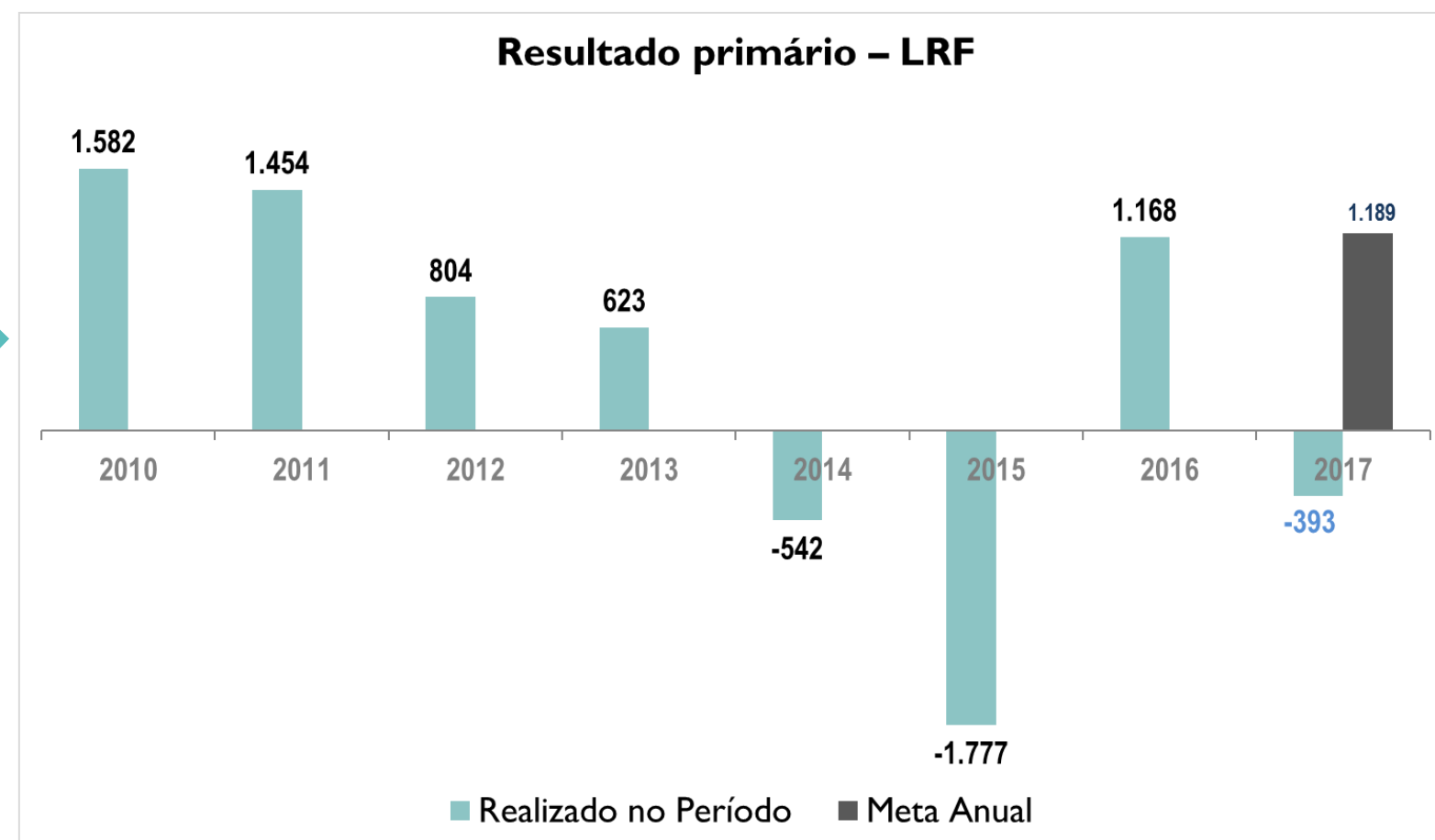
As receitas primárias registraram crescimento de 2,8% nominais em relação a 2016. Já as receitas tributárias cresceram 6%. As patrimoniais tiveram queda de 62% (índice devido ainda à venda da folha de pagamento na base de 2016), e as transferências correntes tiveram queda nominal de 0,81%.

No que diz respeito à despesa primária, houve crescimento de 5,9%, tendo sido impulsionada pelo crescimento de 7,3% na remuneração de pessoal.

Crescimento das
receitas primárias em
2,8%

Crescimento das
receitas tributárias em
6%

Crescimento das
despesas primárias em
5,9%



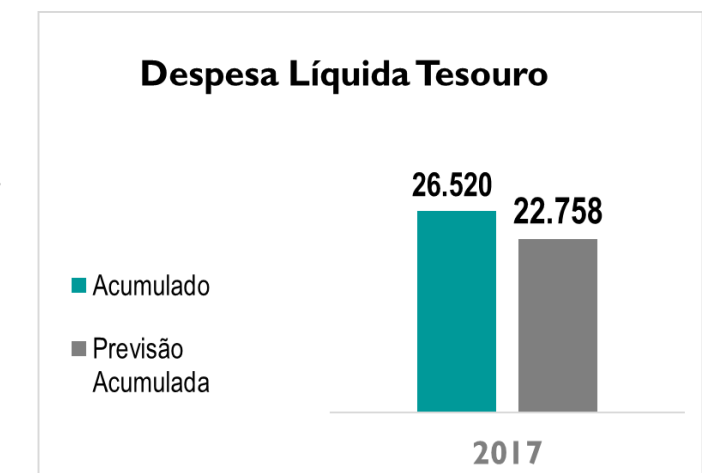
Alcançar a sustentabilidade financeira

Considerando as despesas públicas gaúchas relativas aos compromissos de meses anteriores ao longo de 2017 (entre elas a principal: a folha remanescente de novembro) e as despesas próprias do mês, o déficit do RS acumulado até 31/12/2017 ficaria em R\$ 913,2 milhões, impossibilitando a quitação integral da folha de dezembro e honrar o 13º salário do Poder Executivo, que perfaz o valor líquido de R\$ 1,240 bilhão.

Entretanto, diante da impossibilidade de haver resultado financeiro negativo no caixa do Estado, estas despesas, entre outras, acabaram sendo postergadas para 2018, fazendo com que o ano tenha encerrado com um resultado positivo de R\$ 118 milhões.

O déficit acumulado em
31/12/2017 foi de
- R\$ 913,2 milhões

Folha do 13º salário, postergada
para 2018, foi de cerca de
R\$ 1,25 bilhão

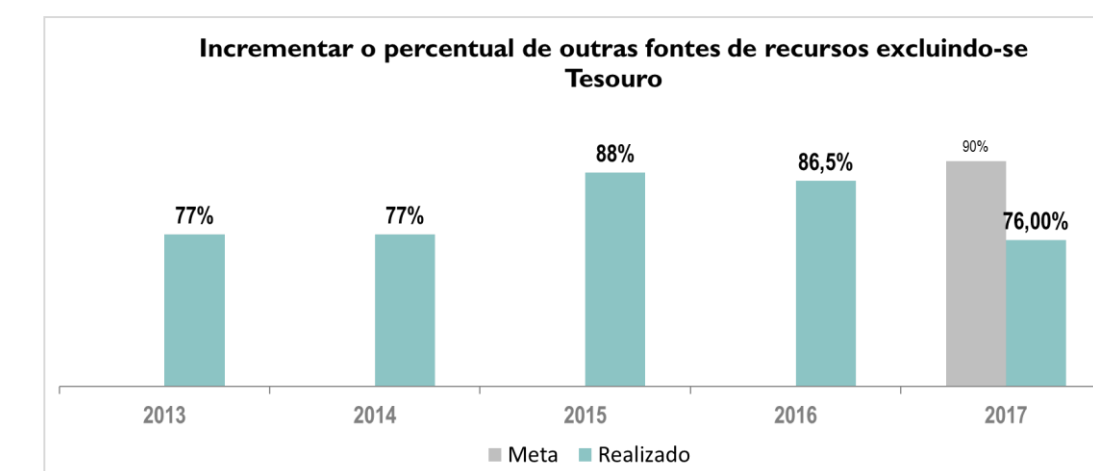
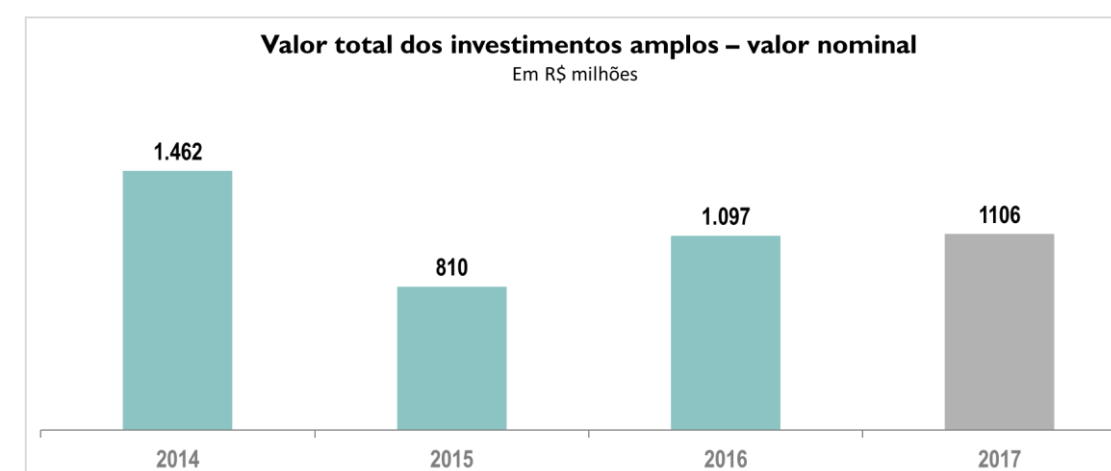
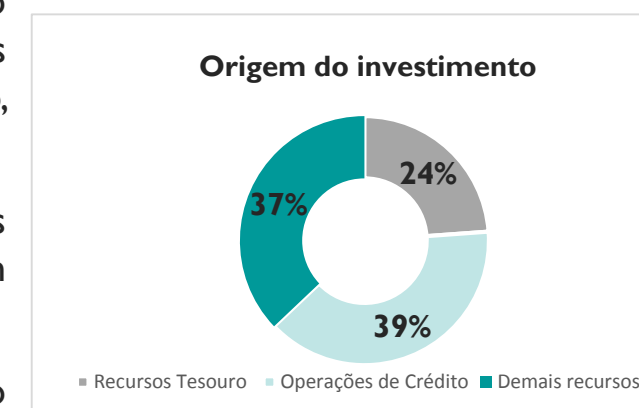


Viabilizar a capacidade de investimento do governo do Estado

Ampliar a capacidade de investimentos do Rio Grande do Sul de forma a financiar ações para o desenvolvimento do Estado e para o atendimento das necessidades da sociedade gaúcha é uma das principais missões do Tesouro. Em 2017, o total acumulado do ano fechou em R\$ 1,106 bilhão, registrando aumento em relação a 2016, quando o acumulado ficou em R\$ 1,097 bilhão.

Do total investido, R\$ 263 milhões foram com recursos do Tesouro e R\$ 843 milhões com os demais recursos. Desta forma, a meta de limitar a participação máxima de recursos próprios em 10% do total não foi alcançada.

Da soma investida, R\$ 435 milhões foram provenientes de operações de crédito. O DAER foi o órgão que mais investiu, fechando o ano com um total de R\$ 544 milhões (49% do total).



Execução dos investimentos 2017 (em R\$ milhões):

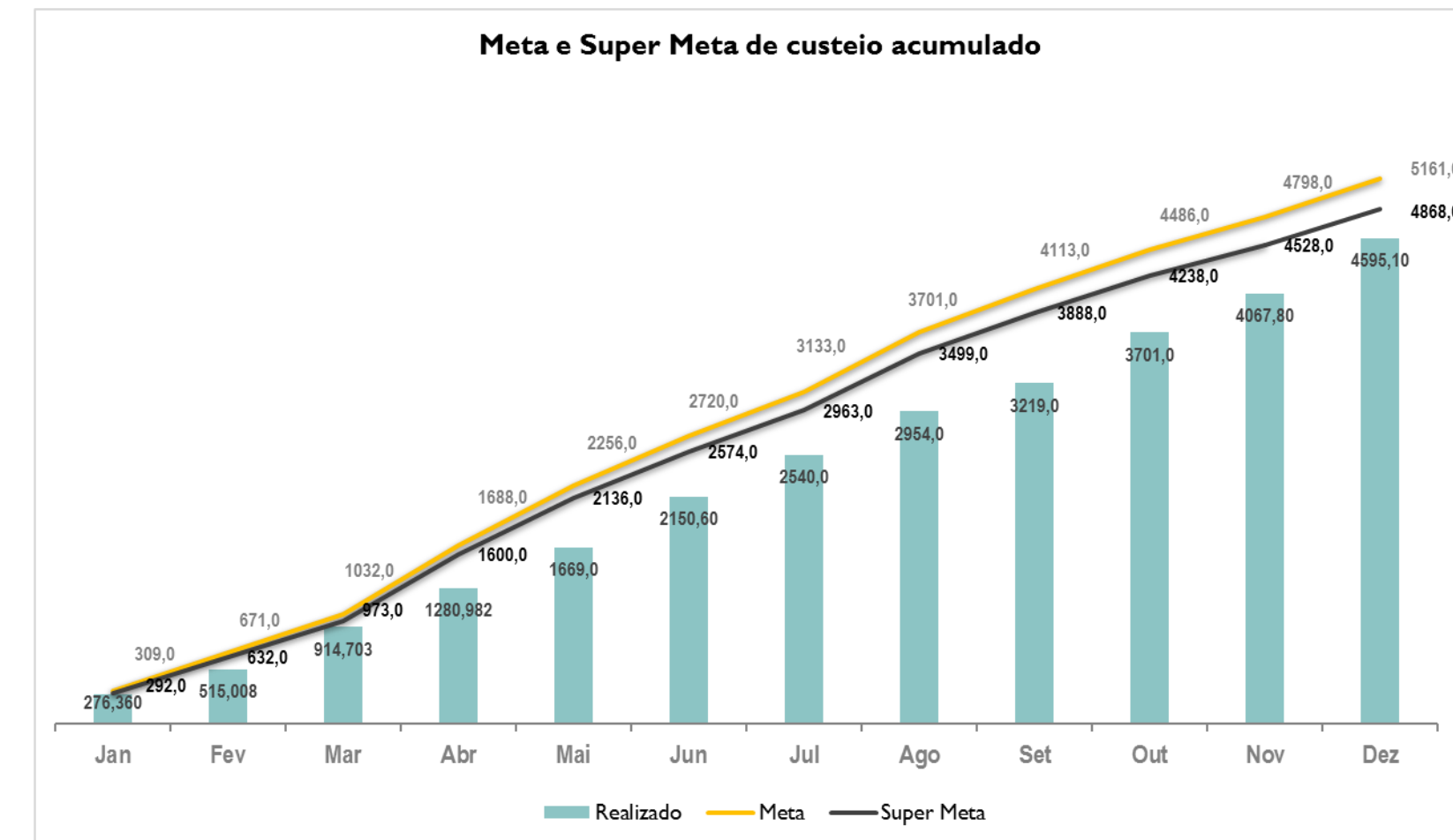
| ÓRGÃO | DESTINAÇÃO | PRINCIPAIS RECURSOS | TOTAL |
|---|--|----------------------------------|------------------|
| DAER | Estradas | PROREDES BIRD e BNDES | 544.022 |
| SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO | CESA | Tesouro | 51.394 |
| SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Construção escolas | Salário Educação e PROREDES BIRD | 29.305 |
| SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA | Aquisição veículos e de coletes BM | Convênios | 77.658 |
| SECRETARIA DA SAÚDE | Cofinanciamento hospitais | Tesouro | 13.688 |
| SEC. DESENVOLVIMENTO RURAL COOP | Programa Leite Gaúcho e Troca-troca sementes | Tesouro | 29.305 |
| SEC. FAZENDA | Aquisição de equipamentos | PROFISCO | 28.912 |
| DEMAIS ÓRGÃOS | | | 60.613 |
| Outros Poderes | | | 204.092 |
| TOTAL | | | 1.106.326 |
| % sobre o Total | | | 100,0 % |

INVESTIMENTOS

Otimizar a aplicação dos recursos públicos

Para seguir enfrentando a crise financeira nas contas públicas gaúchas, o Estado manteve em 2017 a política de contenção de gastos. Em relação às despesas de custeio, estabelecidas pelo decreto de contingenciamento, o montante realizado no exercício do ano totalizou R\$ 4,595 bilhões, representando uma economia de R\$ 566 milhões em relação ao orçamento e de R\$ 273 milhões em relação ao decreto de cotas.

Além da elaboração dos decretos de contingenciamento e de cotas, é trabalho fundamental do Tesouro na contenção dos gastos do Executivo atuar no assessoramento aos órgãos para o devido cumprimento nessas e demais normativas legais ou administrativas (decretos, portarias, ordens de serviço, etc).



Economia de **R\$ 273 milhões** em relação ao decreto de cotas

Economia de **R\$ 566 milhões** em relação ao orçamento

Despesa de custeio foi de **R\$ 4,6 bilhões** em 2017

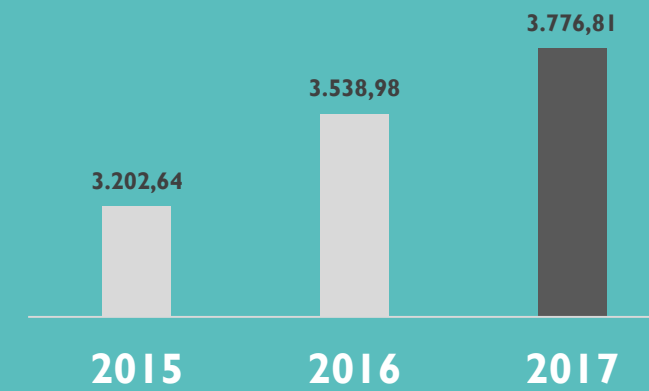
Redução de Decretos

Desde 2015, o Tesouro do Estado estabeleceu calendários anuais e sistematizou a elaboração e encaminhamento dos Decretos de Abertura de Créditos Adicionais Suplementares. A cada ano, são reduzidas as datas de fechamento dos processos. Em 2017, foram publicados 25 decretos suplementares e 17 especiais. Para 2018, a instituição trabalhará com a meta de publicação de um decreto quinzenal.

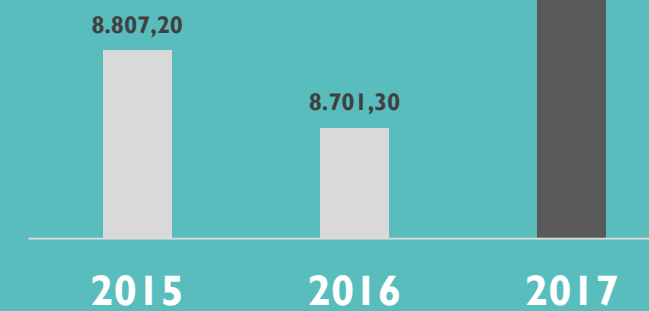
| DECRETOS ANUAIS | |
|-----------------|----|
| 2015 | 69 |
| 2016 | 53 |
| 2017 | 42 |

PRINCIPAIS DESPESA POR ÁREAS

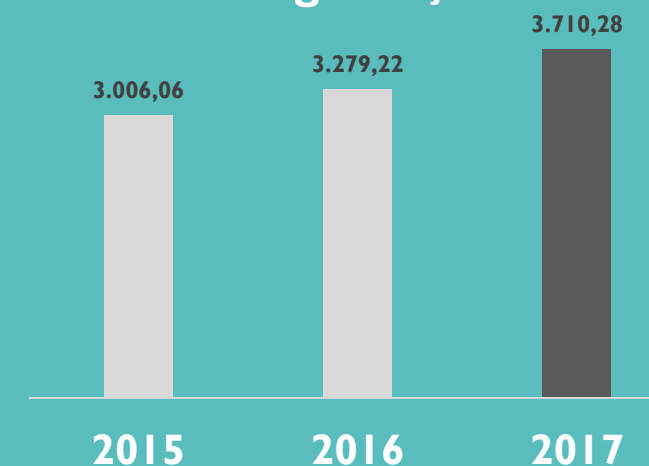
Saúde



Educação



Segurança

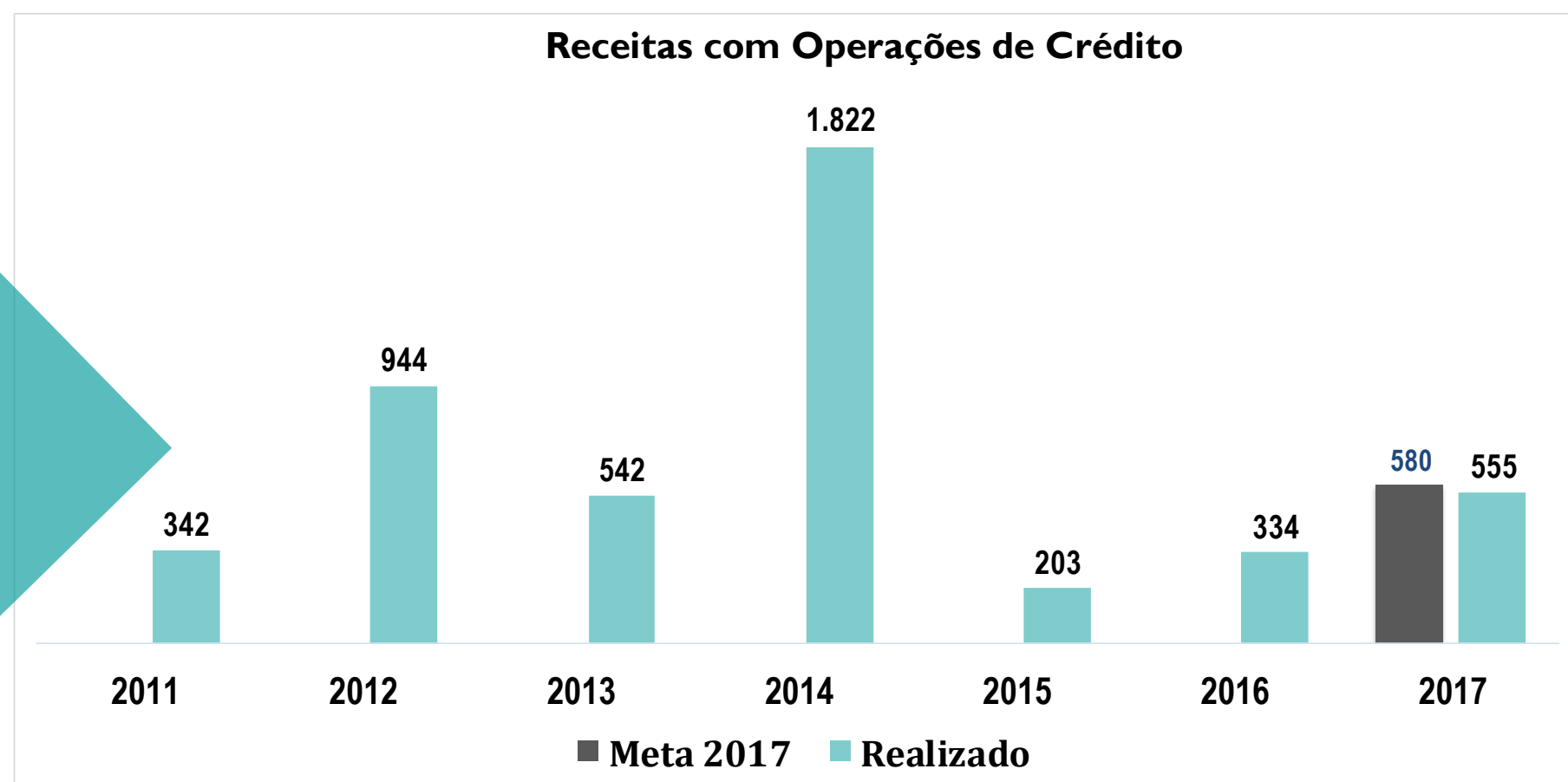


ECONOMIA DE CUSTEIO

Ampliar fontes de financiamento

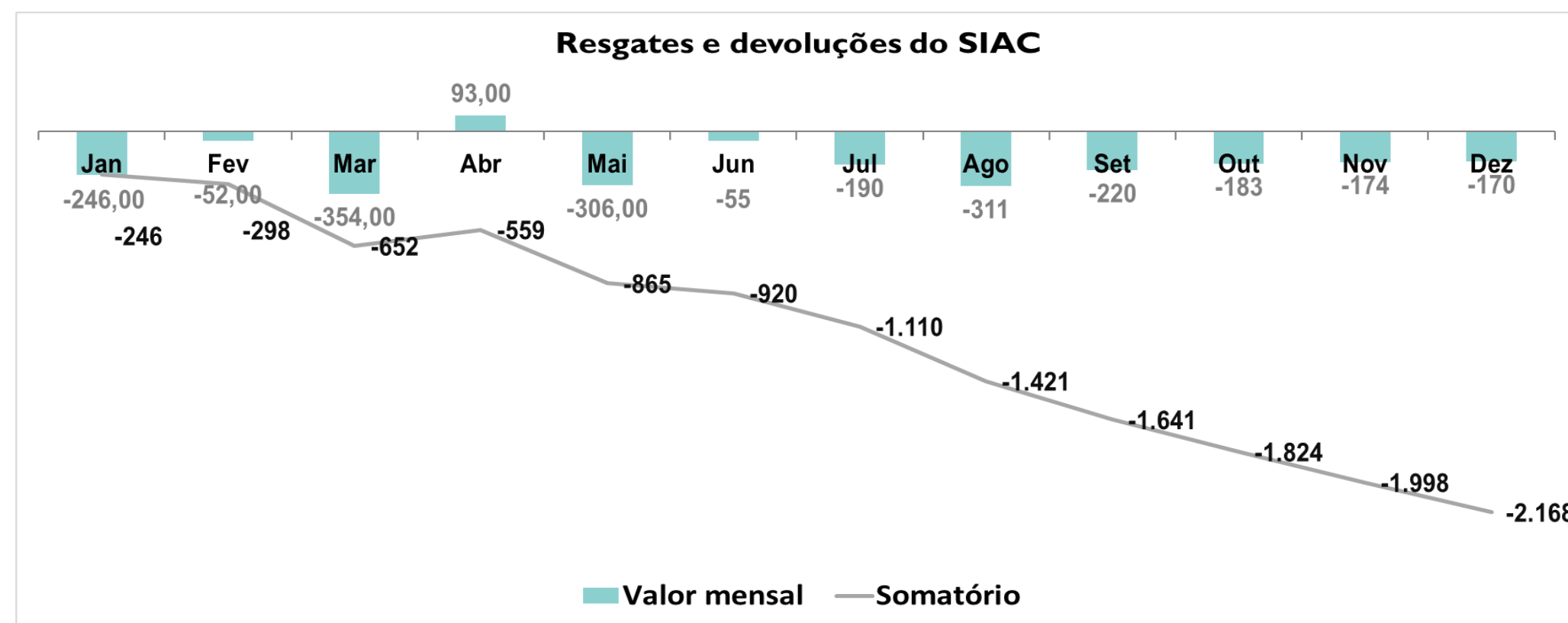
Em dezembro, houve o ingresso de US\$ 27,7 milhões do contrato BID-POD, equivalente a R\$ 92,3 milhões. Com esse ingresso, o total do ano em operações de crédito no Rio Grande do Sul alcançou R\$ 555 milhões, R\$ 35 milhões abaixo da meta estabelecida para o ano. Ainda assim, o valor ficou bem acima do total registrado em 2016, quando a soma foi de R\$ 334 milhões.

Ingresso de operações de crédito em 2017
R\$ 555 milhões



Prover soluções de engenharia financeira

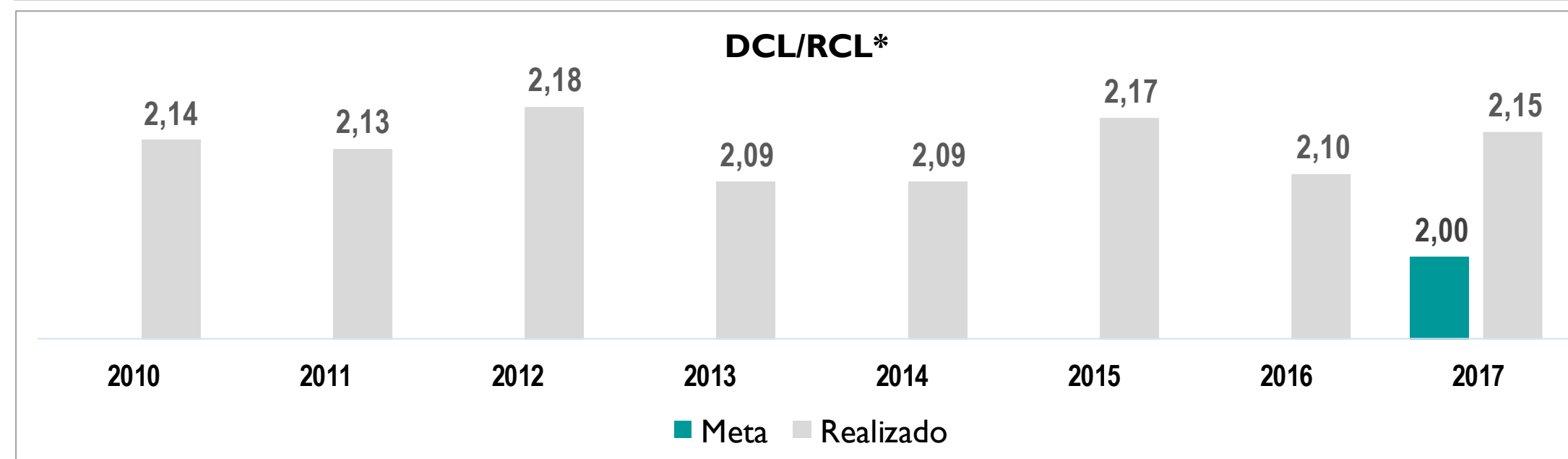
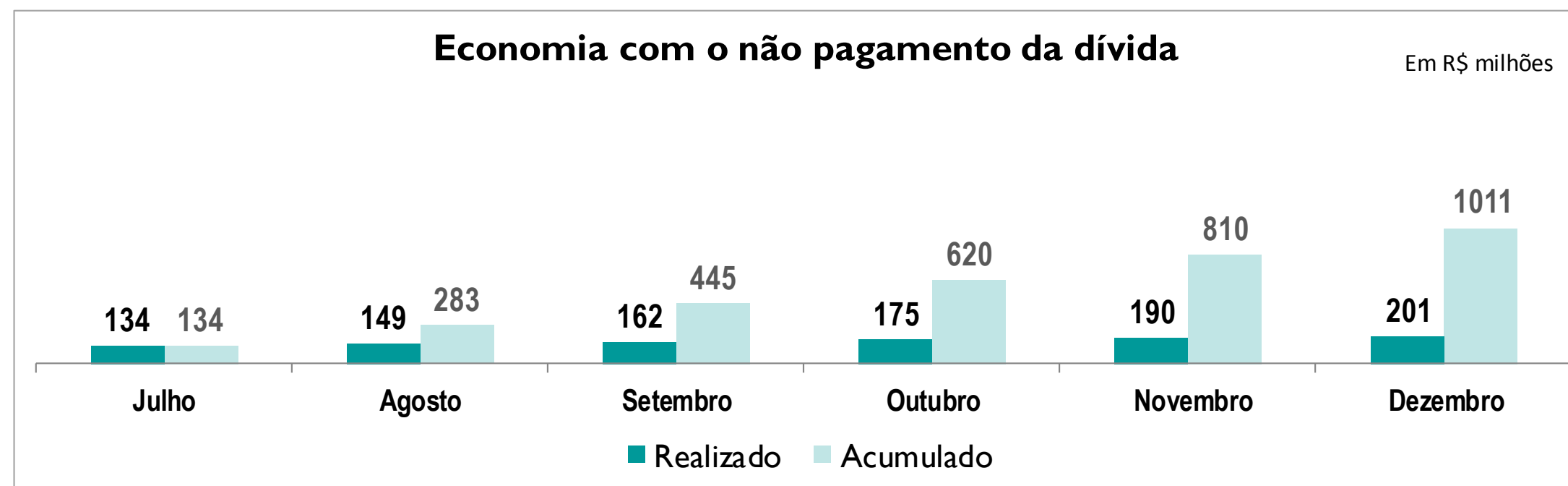
O ano de 2017 foi produtivo no que tange à implantação de novas sistemáticas para acompanhamento dos pagamentos realizados pelo Tesouro. A base de indicadores de pagamentos conseguiu ser concluída dentro do prazo previsto, assim como o Painel de Pagamentos.



Reduzir o custo com a dívida pública mantendo o nível prudencial de risco

Além das principais ações já destacadas, o RS garantiu em 2017 um passo importante na busca por reduzir o custo com a dívida pública. Com a assinatura pelo RS do Terceiro Aditivo Contratual da Lei nº 9.496/97 para constar as alterações da LC nº 148/2014, a principal dívida do Estado (quase 90% do estoque), a dívida com a União, oficialmente, deixou de estar indexada ao IGP-DI e passou a ser remunerada pelo Coeficiente de Atualização Monetária (CAM), formado com base no menor valor entre a taxa SELIC acumulada e o índice IPCA, acrescido da taxa de juros de 4% a.a. (ambos também acumulados desde janeiro de 2013, avaliados mês a mês).

A mudança do indexador vai garantir uma economia de R\$ 5 bilhões no saldo da dívida com a União. Um dos grande desafios enfrentados para a execução do objetivo de reduzir o custo da dívida pública do RS foi a conciliação dos saldos para assinatura do Termo de Convalidação de Valores.



* Relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL)

NÚMEROS DA DÍVIDA EM 2017

Redução da dívida em
R\$ 5 bilhões

com a mudança de indexador (LC 148/14)

Ganho de cerca de
R\$ 200 milhões

Com a LC 156/16:

Economia com o não pagamento da dívida
R\$ 1,01 Bilhão

de valor acumulado

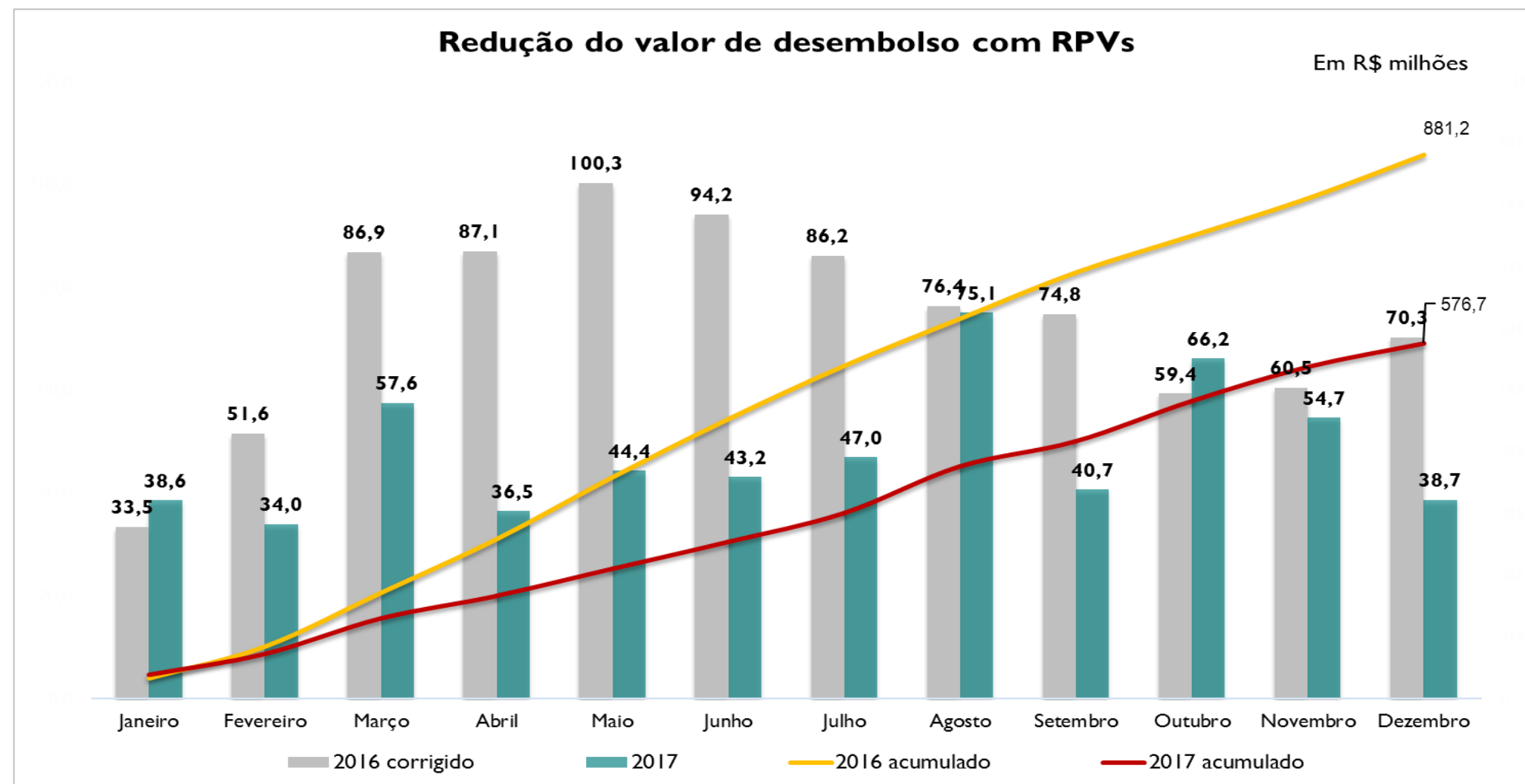
DÍVIDA PÚBLICA

Aprimorar a gestão de passivos existentes e evitar novos contingentes

Em 2017, o indicador de total de desembolso de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) no Estado manteve-se positivo e seguiu em queda, como no ano anterior, ainda como efeito da diminuição do teto de 40 para 10 salários mínimos. No acumulado do ano, foram R\$ 576,7 milhões de desembolso contra os R\$ 881,2 milhões no ano anterior.

Já o valor sequestrado foi superior, em dezembro, ao valor pago voluntariamente, por problemas operacionais. Porém, há expectativa de reversão desse índice para 2018, tendo em vista esforços que estão sendo destinados para pagar as RPVs com mais celeridade, evitando, com isso, os sequestros.

Uma realização importante para a área foi o avanço na migração do sistemas PRE para o FPE, o que oferece maior controle e acompanhamento dos pagamentos de RPVs. O ano de 2017 registrou também o início da emissão das RPVs eletrônicas por parte do Judiciário, em um projeto do Tesouro do Estado em parceria com o TJRS. A emissão das RPVs-e oferece maior agilidade e a previsão é de que garanta pagamentos em dia já a partir de 2018.



Desembolso total com RPVs em 2017 teve queda de **R\$ 304,5 milhões**, e fechou o acumulado do ano em **R\$ 576,7 milhões**

PASSIVOS
CONTINGENTES



PESSOAL

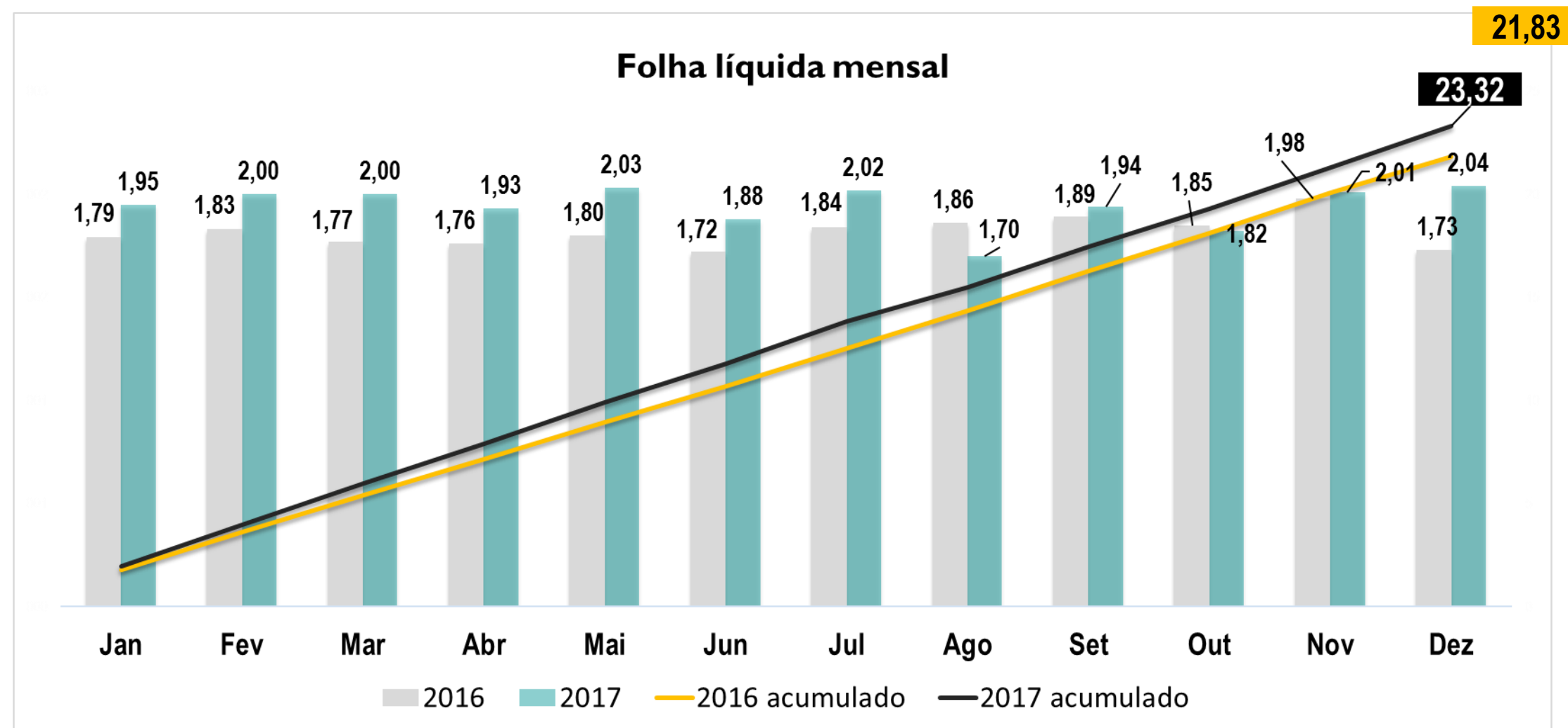
Apontar alternativas e soluções para despesas com pessoal e previdência

A despesa de pessoal líquida (despesa total descontado o Imposto de Renda dos servidores) do Estado do RS fechou 2017 com o valor acumulado de R\$ 23,137 bilhões, registrando crescimento de 6,00% em relação a 2016. No mesmo período do ano anterior, o acumulado fechou em R\$ 21,837 bilhões.

Em dezembro, o valor da folha foi de R\$ 1,507 bilhão, o que representou um crescimento nominal de 12,7% sobre o mesmo período do ano anterior e um aumento de 3,1% sobre o mês anterior.

Comparando os períodos de dezembro de 2017 e dezembro de 2016, a folha de pagamento de ativos aumentou 7,9%, enquanto a dos inativos cresceu 16,5%, diferenças decorrentes da saída de servidores do quadro em virtude de aposentadoria sem a reposição proporcional.

Atualmente, o Poder Executivo (administração direta) apresenta relação de 45,20% do quadro de ativos e 54,80% de inativos. Ainda que o valor acumulado do gasto com pessoal tenha aumentado em 2017, o número total de servidores ativos do Executivo registrou redução de 1.127 vínculos. Desde agosto de 2015, o número de vínculos inativos passou a ser maior que o de ativos.



NÚMEROS DE DESPESA COM PESSOAL

Despesa de pessoal em 2017
R\$ 23,137 bilhões

Aumento na despesa de pessoal em 2017 de
6,00%

Redução de **1.127** vínculos em 2017

Vínculos em 2017
282.656

Vínculos em 2016
283.783

Ativos em 2017
127.766

Ativos em 2016
132.115

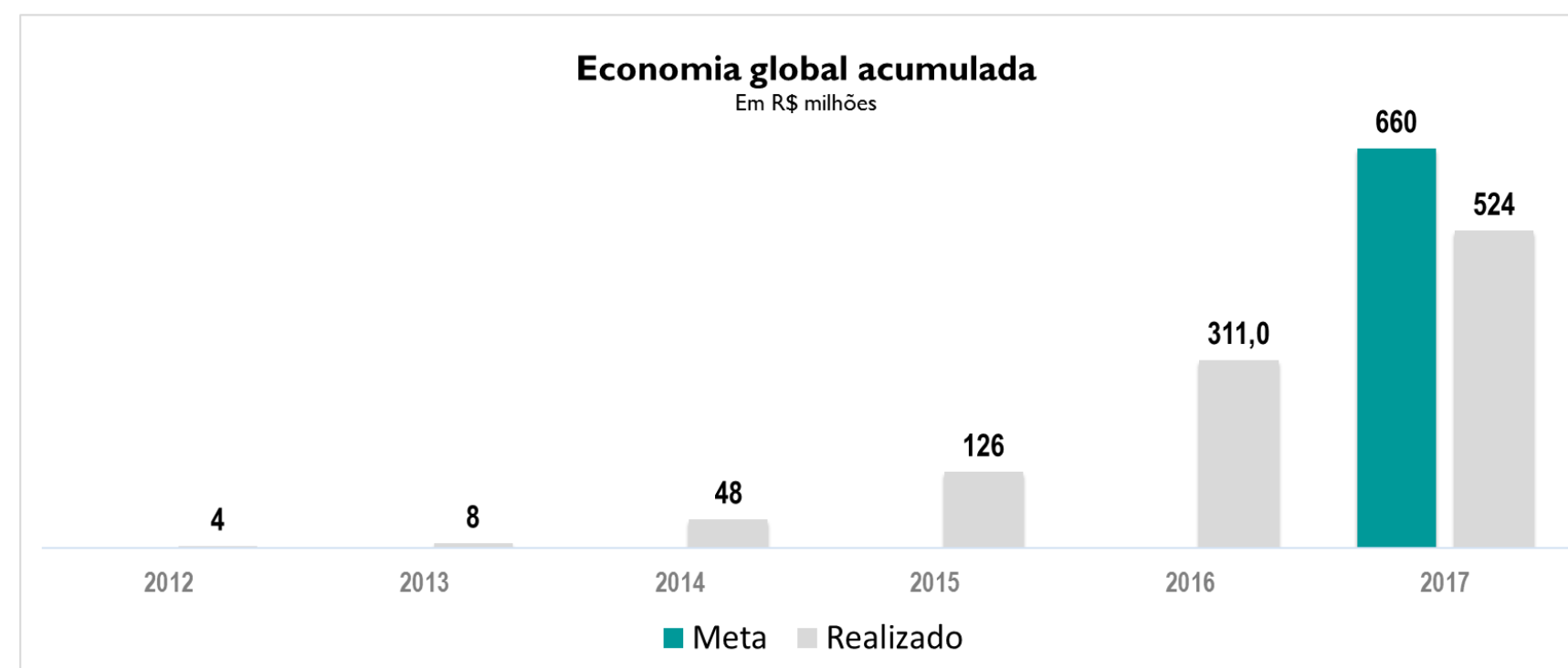
Melhorar a alocação e a eficiência do gasto público

A economia acumulada do **Programa de Qualidade do Gasto** atingiu no último ano o total de R\$ 524 milhões. Entre os projetos do programa, destaque para importantes resultados no **Gestão Matricial de Despesas** (GMD), com resultados práticos de economicidade (leia ao lado).

Mesmo não tendo sido implantado como previsto para o ano, o projeto **Preços de Referência - Precificação Insumos IPE-Saúde** via Nota Fiscal Eletrônica alcançou significativos avanços técnicos, em especial na metodologia de obtenção de preços de bens via base NF-e. Foram desenvolvidos novos algoritmos de classificação de textos, incorporadas novas ferramentas estatísticas e testadas novas tecnologias de processamento massivo de dados.

O projeto consiste em disponibilizar preços de referência para compras públicas, oferecendo melhores condições de comparação e negociação e evitando valores acima dos praticados no mercado. No IPE-Saúde, se implantado, a economia gerada teria alcançado em 2017 R\$ 640 milhões. Esses avanços na Precificação Insumos IPE-Saúde garantirão escalabilidade das soluções e a viabilidade para obtenção de preços e quantidades de todos os bens transacionados no Estado a qualquer tempo.

Outro importante avanço neste projeto em 2017 foi a utilização dos preços de referência obtidos pela metodologia aplicada pelo Tesouro no pregão que adquiriu todos os itens alimentares que serão consumidos no Estado nos primeiros seis meses de 2018.



Gestão Matricial da Despesa

Duas ações desenvolvidas dentro do projeto Gestão Matricial da Despesa (GMD) - a principal frente de atuação do Tesouro hoje no Programa de Qualidade do Gasto - obtiveram avanços, com economias reais em dois órgãos do Estado: Secretaria da Educação e Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Ao longo do ano, o Tesouro do Estado atuou junto aos órgãos nas despesas de energia elétrica, água e esgoto e telefonia. Apenas na Educação, houve redução de 28% do gasto com telefonia nas Coordenadorias Regionais de Educação.



OS CASOS PRÁTICOS:



Redução de **28%** do gasto com telefonia nas Coordenadorias Regionais de **Educação**. Isso foi possível graças às discussões e à capacitação dos coordenadores regionais pela DEQG na metodologia (foto).



Três casas prisionais escolhidas: Penitenciária Estadual e Penitenciária Modulada (Charqueadas,) e Presídio Feminino Madre Pelletier. Nesta última, um problema crônico na rede hidráulica pode ser resolvido graças ao monitoramento das despesas.

Prover soluções de política fiscal

Um dos trabalhos mais importantes do Tesouro do Estado em 2017 e que atende a este objetivo foi a entrega do novo **Modelo Fiscal de Médio Prazo**. Trata-se de uma ferramenta de planejamento fiscal com alcance de 10 anos. Consiste em um conjunto de modelos econométricos e regras, permitindo a simulação de impactos de diferentes cenários macroeconômicos e políticas orçamentárias sobre os resultados fiscais e necessidade de financiamento.

Com os produtos desenvolvidos a partir do simulador, o Tesouro espera ampliar a capacidade de planejamento fiscal no Estado e aumentar a assertividade do processos decisórios.

Para elaborar os modelos, são feitas regressões multivariadas de dados como PIB, inflação, câmbio e taxa de juros. Os próximos passos são no sentido de desenvolver produtos e processos de monitoramento fiscal a partir da ferramenta.

Trabalho realizado foi importante para a elaboração do termo de adesão do RS ao **RRF**

Ter soluções de TI inovadoras

RHE em etapa final

O ano de 2017 consolidou a etapa final de uma importante implantação de sistema em toda a administração direta. Em 2017, a gestão de RH e da folha de pagamento dos funcionários do IPERGS passou integralmente para o Sistema RHE.

A migração ocorreu em setembro e contemplou Sistemas de Gestão de Consignatários, Sistema de Recadastramento de Servidores Ativos, Portal de Gestão de Pessoas e DW.

Sob a coordenação do Tesouro, o projeto contou com a participação da PROCERGS e do IPE. Após a migração do IPE, resta apenas SUPRG para passar a integrar a base do RHE, previsto para esse ano.

Portal de Gestão de Pessoas

Pré-lançado no final de 2016, o Portal de Gestão de Pessoas foi consolidado e teve funcionalidades agregadas.

Entre elas, a consulta à previsão de aposentadoria, verificação do nível de escolaridade, georeferenciamento do quadro, mapeamento de funções CCs e FGs, gerenciamento de servidores afastados e o controle do recadastramento.

Desenvolvido na ferramenta de BI Qlik Sense, permite diversos cruzamentos de informações e a visualização de dados gerenciais dos servidores de forma simples e ágil, facilitando o acesso e análise.

MODELO
FISCAL

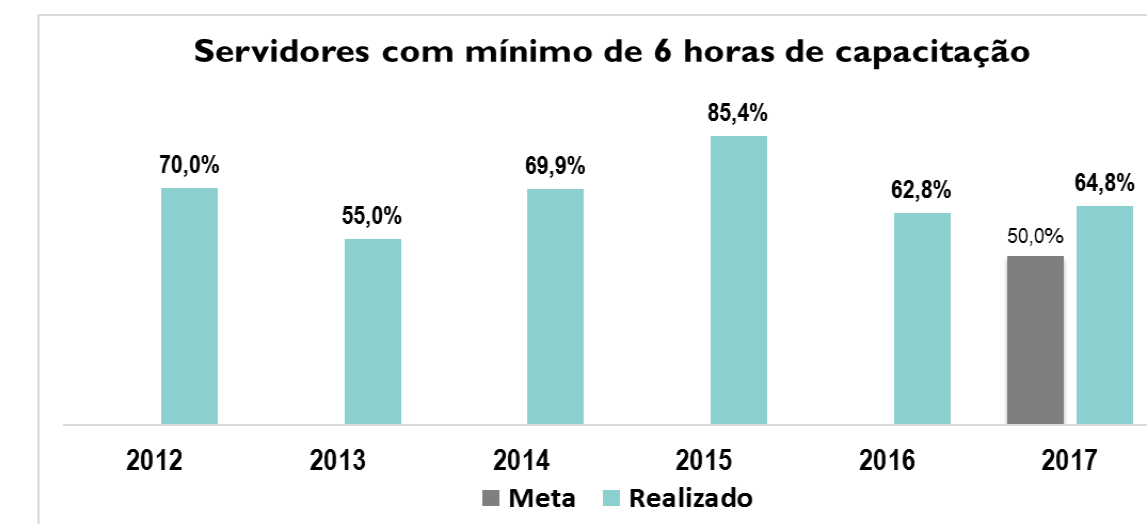
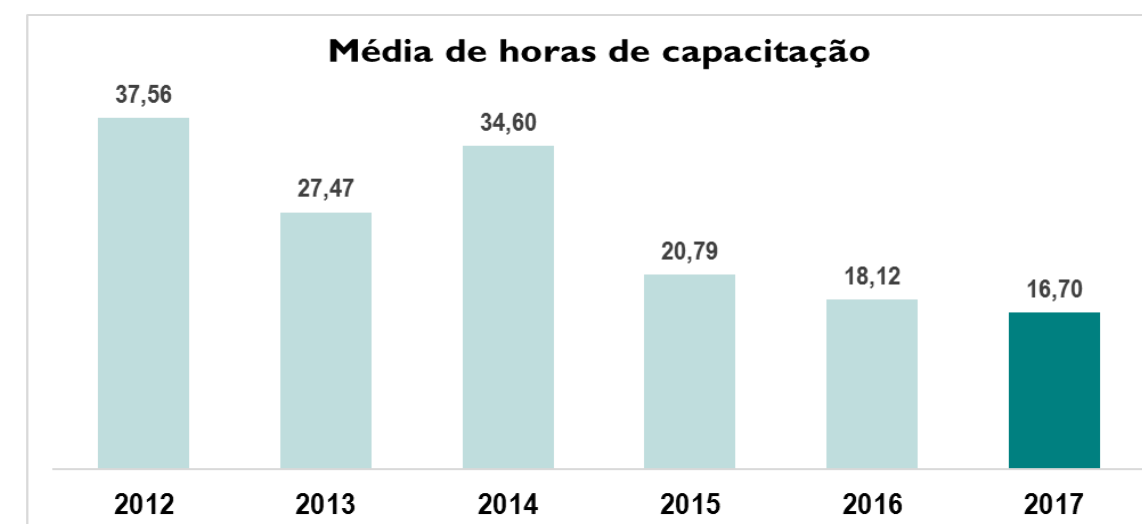
Ter corpo funcional altamente qualificado e valorizado

Mesmo com a redução da capacidade de investimento diante da crise financeira do Estado, em 2017, dos 146 servidores do Tesouro, 95 realizaram no mínimo 6 horas de **capacitação**, atingindo a meta estabelecida neste objetivo e totalizando 65% dos servidores com as horas mínimas.

Foram realizadas 2.438 horas de treinamento, uma média de 16,7 horas por servidor. No total, foram 51 cursos disponibilizados, dos quais os mais relevantes foram “A Nova Previdência”, “Negociação Eficiente e QlikSense - Arquitetura de Dados”.

Para perseguir este objetivo, o Tesouro do Estado estabelece dois indicadores: a média de horas de capacitação por servidor e o percentual de servidores com no mínimo seis horas de capacitação por ano.

Em 2017,
foram realizadas
2.438 horas
de treinamento no
Tesouro do Estado



Ter identidade institucional, estruturas integradas, com os processos de trabalho otimizados

O Tesouro do Estado realizou em 2017 a contratação de empresa especializada em gerenciamento de projetos e gestão por processos em parceria com a Receita Estadual. A consultoria Otimiza busca atuar para tornar os processos de trabalho mais eficientes focando em projetos de alto impacto para o Tesouro.

Com essa equipe de apoio especializada, o Tesouro pode dar continuidade à implantação de metodologias de gestão, iniciada com a contratação anterior, da empresa Ernst & Young em 2015. Desde o início do já foram mapeados e redesenhados 11 processos de diversas áreas do Tesouro do Estado. De outra parte, são 15 projetos corporativos sendo acompanhados pela APLAN Tesouro.

ACÇÕES
DE GESTÃO

Comunicar-se com a sociedade

As metas de comunicação do Tesouro do Estado foram atingidas dentro do planejado, proporcionaram o alcance dos objetivos 1.2 e 3.7: “Facilitar o entendimento da sociedade sobre as finanças do Estado” e “Comunicar-se pro-ativamente com a sociedade de forma direta e clara”. As principais entregas foram:

Novo site SEFAZ – Seção Tesouro

Organização do conteúdo institucional com ênfase à prestação de serviços, em especial a servidores estaduais e a fornecedores. Também inaugurou novo canal de comunicação com os usuários (diversos públicos) através do Fale Conosco.

Eventos Dívida

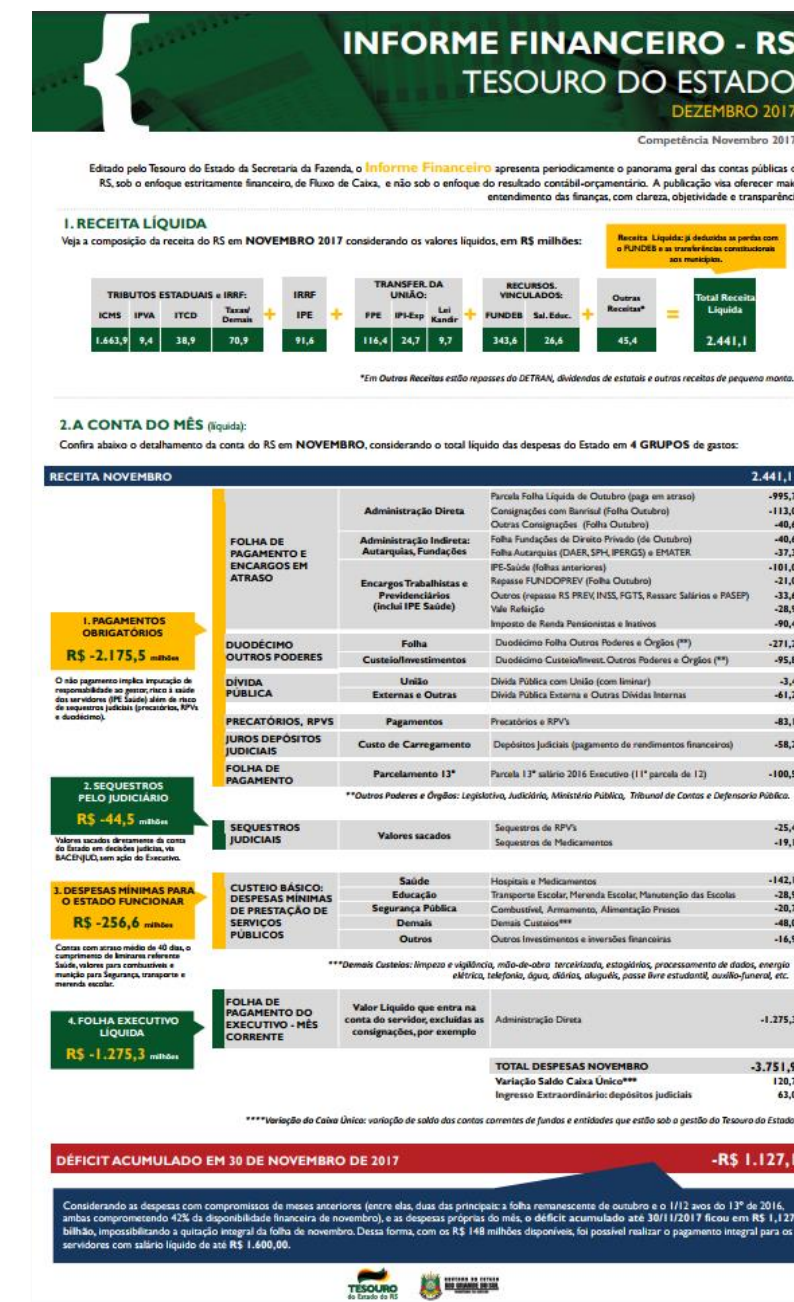
Encontro em julho marcou o lançamento da 8ª edição do Relatório Anual da Dívida Pública do RS. Foram apresentados dados centrais da publicação e do endividamento do RS e do Regime de Recuperação Fiscal. O evento contou com a mediação do professor e ex-secretário da Fazenda Ário Zimmermann. Na sequência ao lançamento, a dívida e o RRF foram pauta na comunidade acadêmica, em palestras na UFRGS, PUC e UNISC.

Informe Financeiro

Consolidação do boletim com o panorama mensal das contas do RS (receita e despesa) sob o enfoque do fluxo de caixa. Enviado por e-mail e publicado também no site do Tesouro, visa a oferecer maior entendimento das finanças, com clareza, objetividade e transparência.

Cenário Financeiro

Além de produzir mensalmente o Informe Financeiro, boletim que apresenta de forma sintética o panorama geral das contas públicas do RS, o Tesouro do Estado apresenta também um detalhamento da Receita e da Despesa, com análises e comentários a respeito de cada item.



AÇÕES
DE GESTÃO

OUTRAS AÇÕES

Simulador da Previdência



Com o intuito de atender aos servidores que deveriam decidir sobre a migração ao regime de previdência complementar do RS, o Tesouro implantou em 2017 o SimprevRS.

Trata-se de uma ferramenta capaz de simular diversos cenários sobre a aposentadoria dos servidores, a partir de conceitos financeiros e atuariais, apresentando projeções personalizadas para tomada de decisões em matéria previdenciária.

A ideia do simulador foi direcionar o conhecimento especializado existente na instituição na área atuarial e prestar um serviço ao quadro de servidores gaúchos, possibilitando a eles estimar o valor do seu benefício em variadas possibilidades, entre outras informações.

O número de acessos ao SimprevRS foi de **42.885**

O número total de simulações chegou a **13.581**

Recadastramento de Ativos fecha 1º ciclo

O Recadastramento de Servidores Ativos encerrou o 1º ciclo em agosto de 2017 com excelentes resultados: 98,2% da meta alcançada. Foram 130.007 vínculos recadastrados (de um total estimado de 132.423). A iniciativa visa a atualização dos dados cadastrais do quadro do Executivo com a finalidade de manter as informações sempre atuais e corretas. Realizado pela Secretaria da Modernização Administrativa e Recursos Humanos (SMARH) e pelo Tesouro, o projeto contou com expressiva atuação de equipes da DPP e DTDI.

| Números do 1º ciclo: | |
|--------------------------|---------|
| Meta de recadastramento: | 132.423 |
| Vínculos recadastrados: | 130.007 |
| IDs suspensos: | 1.082* |
| IDs cancelados: | 148** |

*Do total de IDs suspensos, maior parte fez o recadastramento extemporâneo e teve a situação normalizada.
**Dentre os casos de IDs cancelados, estão as mais variadas situações: casos de servidores cedidos para outros poderes, servidores em licenças, entre outros.



Painel Financeiro

O Painel Financeiro mostra as informações agregadas sobre o pagamento já efetuado até a presente data e a programação de pagamentos para o restante do mês em curso e mês subsequente. Desenvolvido pelo Tesouro do Estado em parceria da PROCERGS.

Aplicativos SIAC

Esses aplicativos apresentam informações sobre o saldo das contas do SIAC, facilitando a consulta do histórico das contas bem como de saldos por entidade (grupo de contas) sem a necessidade de acessar o FPE. Também desenvolvido pelo Tesouro do Estado em parceria com a PROCERGS.

Atos normativos da instituição

Em 2017 foram analisados cerca de 95 processos administrativos físicos e 245 processos administrativos eletrônicos pela assessoria da instituição.

Representação no GEFIN

O Subsecretário do Tesouro, Elói Stertz foi eleito em 2017 Coordenador Administrativo-Financeiro do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN). Historicamente, o Tesouro mantém uma importante representatividade no GEFIN – um dos principais órgãos de assessoramento do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) – desde o início da atuação do grupo, há cerca de 15 anos. O GEFIN é responsável pelo acompanhamento das questões fiscais e financeiras em âmbito nacional, com impacto nas finanças dos Estados.



Desafios para 2018

Entre os principais desafios do Tesouro do Estado para 2018, destacam-se:

- Gestão dos recursos financeiros para manter o Estado funcionando.
- Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.
- Preparação do RS para implantação do e-Social.
- Avanço nos projetos de Qualidade do Gasto, especialmente, o Projeto Nota Fiscal Eletrônica como Parâmetro de Preços.
- Retomada da busca para novas operações de crédito.



Relatório de Atividades Tesouro do Estado 2017

Elaborado por: Área Institucional e Assessoria de Planejamento do Tesouro

Jornalista responsável: Lisiane Dias

Assistência: Talita Lorenzetti (estagiária)

Fotografias: banco de imagens Palácio Piratini e acervo Tesouro do Estado

Publicação eletrônica – Disponível em: tesouro.fazenda.rs.gov.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA